

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

SÚMULA DO PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE DIREITO

Unidade Campus - Sede - Umuarama 2008



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

1. HISTÓRICO DO CURSO

No início da década de 70, com a criação da Associação Paranaense de Ensino e Cultura - APEC, com a instalação em Umuarama de uma faculdade com objetivos bem traçados de oferecer cursos de graduação e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos que colaborassem efetivamente para impulsionar ainda mais o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Nessa época, a região vivia uma de suas melhores fases econômicas, mas enfrentava um sério problema na área educacional: os professores da rede pública eram, em sua maioria, leigos.

Desta forma, a cidade de Umuarama foi contemplada com a instalação da primeira unidade de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama -FAFIU, em 1972 com os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática, Estudos Sociais e Letras. A partir de 1980, para possibilitar a profissionalização em outras áreas, fez-se necessário que a APEC aumentasse o seu leque de cursos. Novas opções de cursos surgiram com a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Umuarama -FACCEU, com os Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas; a Faculdade de Direito de Umuarama - FADU pioneira no ramo das ciências jurídicas no âmbito de atuação da Instituição; e logo depois em 1989 foi incorporada à APEC a Faculdade de Ciências da Saúde de Umuarama - FACISU, com cursos na área de saúde: Psicologia e Farmácia que foram os primeiros. Em 1980 foi a década, também, da concentração de esforços maiores na construção do saber científico e no aprimoramento das ações desenvolvidas em beneficio da comunidade. Surgiram os projetos de pesquisa e de extensão e cursos de pós-graduação (em nível de especialização). A passos largos, mas bem planejados, novos investimentos foram se incorporando, tornando a Instituição cada vez mais respeitada. Melhor ainda foi a década de 90, quando as Faculdades de Filosofía, Ciências e Letras, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas e de Ciências da Saúde de Umuarama, mantidas pela APEC, passam a denominar-se Faculdades Integradas da APEC - FIAPEC, sendo estas reconhecidas em 1993 como Universidade Paranaense - UNIPAR, através da Portaria MEC nº 1.580 de 09/11/93 com caráter multicampi.

Foi também o momento em que as fronteiras da Instituição começaram a se expandir,



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

com a implantação de campus em cidades pólos do Paraná.

Hoje, presente em outras seis cidades: Toledo, Guaíra, Paranavaí, Cianorte, Cascavel e Francisco Beltrão, a UNIPAR segue sua trajetória oferecendo mais de cento e cinqüenta opções em cursos de graduação e pós-graduação (em nível de especialização e de mestrado) contando com um total aproximado de vinte mil alunos matriculados nos cursos de Graduação e habilitações e nos cursos de pós-graduação, sendo que já passaram pelos diversos cursos da UNIPAR desde a criação da FAFIU um total aproximado de: 90.237 alunos, tendo sido concedido 41.293 diplomas de graduação, orgulha-se de ser a maior universidade do interior do Paraná e a terceira no Estado.

Sintonizada com as tendências do mercado de trabalho e comprometida com sua missão social de universidade cidadã, a UNIPAR continua ampliando investimentos e traçando planos, pois as expectativas das comunidades da área de sua influência começam a despertar para novas propostas de ensino superior. Neste contexto, dá início à implantação de Cursos Superiores de Tecnologia que, graduando mais rapidamente e de forma específica, esses cursos deverão representar o caminho para maior empregabilidade da juventude paranaense interiorana.

Ao longo dessa história promissora é interessante ressaltar que o valor da UNIPAR, não se resume tão somente na formação de profissionais competentes e cidadãos responsáveis, mas também em desenvolver o papel de interação com a comunidade, através dos serviços que beneficiam regiões habitadas por aproximadamente dois milhões de pessoas. São mais de cinqüenta mil atendimentos por ano, a grande maioria para pessoas de baixa renda. Resumindo, o valor da UNIPAR está na seriedade com que elabora e executa seus planos pedagógicos, alicerçados em ações pautadas em projetos abrangentes e de interesse coletivo, que buscam sempre alavancar o desenvolvimento sustentável desta sua imensa região, promovendo a inclusão social e cultural e a melhoria da qualidade de vida.

Dinâmica e arrojada!

Ensino de qualidade traduz-se de várias maneiras. Uma delas é levar em consideração o aparato tecnológico disponível para as atividades práticas dos conteúdos curriculares. A UNIPAR tem esta preocupação.

Neste compasso de crescimento, a UNIPAR conta com área física de 194.619,18 m² construídos, em 3.502.788,35 m² da área total, contando com prédios próprios em suas dez Unidades - Campi. A Instituição mantém, além das salas de aula, mais de 400 ambientes especiais representados por: laboratórios, clínicas, escritórios, instalações esportivas,



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

hospitalares e culturais, todos dotados com equipamentos de última geração.

Outra grande preocupação da UNIPAR é com os recursos didáticos e de apoio a estudantes e professores, para isso, mantém nove Bibliotecas muito bem estruturadas em todas as Unidades - Campi, com invejável acervo: 409.500 volumes e 163.487 títulos de livros. O acervo de periódicos nacionais e estrangeiros também é expressivo: 4.751 assinaturas e 110.861 fascículos, em todas as áreas do conhecimento constantes dos currículos dos cursos. Estão ainda disponíveis para consultas várias bases de dados (entre elas; Lilacs, e Medline). É bom lembrar que as bibliotecas da UNIPAR oferecem um outro diferencial importante: comodidade. Todo o acervo pode ser acessado via internet, através do site da Instituição.

Sustentando todo esse crescimento atualmente a UNIPAR conta com um corpo técnico-administrativo gabaritado, formado de aproximadamente 1.167 funcionários e um corpo docente de 781 professores formado por doutores, mestres, especialistas e graduados em disciplinas curriculares e em atividades de supervisão de Estágio nos diversos Cursos. Em sua política de valorização de colaboradores a UNIPAR tem: intensificado a atribuição de horaspesquisa e horas-extensão além de horas-aula, de forma a aumentar a permanência dos docentes (262 professores em tempo integral, 39 em tempo parcial e 480 em regime especial) e o atendimento aos acadêmicos; investido mais efetivamente em projetos de capacitação docente, através do Plano Institucional de Capacitação Docente, sendo concedido bolsas de estudos para a realização de cursos de Pós-graduação (em nível de mestrado e doutorado) até dezembro de 2007; financiadas viagens para participação de docentes e técnicos em cursos, congressos e conferências, no Brasil e exterior.

UNIPAR UNIVERSIDADE PARANA ENSE

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

2. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	Direito	
NÚMERO D	E VAGAS: 240	TURNO: Matutino/ Noturno
CARGA H	ORÁRIA: 4.600 h/a	

	X BACHARELADO				
MODALIDADE	LICENCIATURA				
	TECNÓLOGO				
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo mínimo: 05 (cinco) anos				
II (I E GIATEI ZII ÇII O	Tempo máximo: 08 (oito) anos				
CAMPUS	Umuarama				
ENDEREÇO	Praça Mascarenhas de Moraes, 4282 - Umuarama - Paraná				
ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	1980				



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados para o exercício das atividades pertinentes à área jurídica, observados os princípios éticos que regem a vida humana e a prática profissional, sendo capazes de exercer liderança positiva no meio social e de tornarem-se agentes de mudanças, contribuindo na esfera de sua competência para o aperfeiçoamento das instituições sociais, políticas e culturais de sua comunidade, região e do país, como verdadeiros partícipes históricos na construção efetiva da cidadania.

3.2. Objetivos Específicos

- ✓ Formar Bacharéis capacitados a exercer funções concernentes à área jurídica.
- ✓ Proporcionar aos acadêmicos, estudos complementares que visem à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização, através de cursos, simpósios, ciclos de conferências e palestras.
- ✓ Fornecer capacitação prática às funções a serem exercidas, através de estágios simulados e reais através do Laboratório de Prática Jurídica e Escritório de Assistência Judiciária Gratuita;
- ✓ Despertar o interesse dos acadêmicos para o estudo e a pesquisa de forma que possam transferi-lo para a sua prática na vida profissional e transformá-los em criadores de novas idéias.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

4. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO DO EGRESSO

O bacharel formado pela UNIPAR estará preparado para enfrentar os desafíos que se colocam nos umbrais do novo século, conforme sua aptidão, escolha e vocação. Em outras palavras, estará pronto para exercer sua cidadania com competência, uma vez que a sua habilitação decorre de critérios qualitativos, imprescindíveis para garantir o seu bacharelado, que o transformam num profissional qualificado, crítico e pesquisador.

Considerando a oferta de ensino promovida pelo Curso de Graduação em Direito da UNIPAR, deve-se desenvolver no acadêmico características que o acompanhe em sua vida profissional:

- ✓ Permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- ✓ Conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- ✓ Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- ✓ Capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- ✓ Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com demandas individuais e sociais;
- ✓ Capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- ✓ Domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- ✓ Consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

O bacharel formado pela UNIPAR estará preparado para enfrentar os desafios que se colocam nos umbrais do novo século, conforme sua aptidão, escolha e vocação. Em outras palavras, pronto para exercer a sua cidadania com competência, uma vez que a sua habilitação decorre de critérios qualitativos, imprescindíveis para garantir o seu bacharelado, que o transformam num profissional qualificado, crítico e pesquisador.

Para alcançar este perfil, o Curso de Graduação em Direito da UNIPAR propicia a seus acadêmicos, através de procedimentos didático-pedagógicos, o desenvolvimento



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

de diversas atividades acadêmicas, tais como:

- ✓ correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e
 propriedade, fluência verbal e escrita, com riqueza de
 vocabulário;
- √ valorização da pesquisa como forma de oferecer subsídios para o
 conhecimento jurídico e interpretar o impacto de acontecimentos
 extra-jurídicos no mundo jurídico;
- ✓ capacidade de trabalhar em grupo, valorizar a cooperação, conviver com a divisão de trabalho, a negociação e a partilha de conquistas.

O acadêmico de Graduação em Direito deve revelar, pelo menos, as seguintes habilidades:

- ✓ leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização de normas técnico-jurídica;
- ✓ interpretação e aplicação do Direito;
- ✓ pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- ✓ adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou jurídicas, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- ✓ correta utilização da terminologia jurídica ou Ciência do Direito;
- ✓ utilização do raciocínio jurídico, de argumentação/persuasão e de reflexão crítica;
- ✓ julgamento e tomada de decisões; e
- ✓ domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

5. ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O profissional a ser formado pelo Curso de Graduação em Direito da Unipar, estará preparado para as diversas atividades jurídicas, públicas e privadas.

O graduando em Direito, ao término do curso terá a habilitação suficiente para, o exercício de uma das muitas profissões jurídicas, tais como Advocacia (em empresas e órgãos do governo ou particularmente), dando assessoria e consultoria jurídica, ou entrar para uma das carreiras jurídicas (delegado de polícia, juiz de direito, promotor público ou procurador). Pode ainda, seguir carreira acadêmica, vindo a ser professor e pesquisador em institutos de ensino e pesquisa.

UNIPAR UNIVERSIDADE PARANA ENSE REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1. Currículo Pleno

MATRIZ CURRICULAR

Unidade: UMUARAMA

Curso: 045 - DIREITO

Graduação: BACHARELADO EM DIREITO

Regime: SERIADO ANUAL - NOTURNO

Duração: 5 (CINCO) ANOS LETIVOS

Integralização: A) TEMPO TOTAL - MÍNIMO = 05 (CINCO) ANOS LETIVOS

- MÁXIMO = 08 (OITO) ANOS LETIVOS

B) TEMPO ÚTIL (Carga Horária) = 4.600 H/AULA

CURRÍCULO PLENO/2008 (1)

1.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ-REQUIS
99-8170-02	CIÊNCIA POLÍTICA	80	0	080	
99-8171-04	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	160	0	160	
99-8407-02	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	0	080	
99-8408-02	ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	80	0	080	
99-8409-02	PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA	80	0	080	
99-8410-02	LINGUAGEM JURÍDICA	80	0	080	
99-8681-04	DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)	160	0	160	
99-8839-02	ECONOMIA	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

2.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ-REQUIS
99-8159-04	DIREITO DO TRABALHO	160	0	160	
99-8166-04	DIREITO PENAL I	160	0	160	
99-8167-04	DIREITO CONSTITUCIONAL	160	0	160	
99-8169-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	80	0	080	
99-8413-02	TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	80	0	080	
99-8414-04	DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	160	0	160	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

3.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ REQUIS
99-8139-04	DIREITO ADMINISTRATIVO	160	0	160	
99-8148-02	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	0	80	
99-8158-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	160	0	160	
99-8160-04	DIREITO PENAL II	160	0	160	
99-8416-04	DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	160	0	160	
99-8767-02	DIREITO EMPRESARIAL I	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

4.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ REQUIS
99-8149-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	160	0	160	
99-8150-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	160	0	160	
99-8151-02	DIREITO PENAL III	80	0	080	
99-8163-02	DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	80	0	080	
99-8768-02	DIREITO EMPRESARIAL II	80	0	080	
99-8773-04	DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	160	0	160	
99-8155-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	0	80	080	
99-8156-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	0	80	080	
99-8419-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	720	240	960	

5.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8142-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	160	0	160	
99-8143-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	80	0	080	
99-8411-02	DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	80	0	080	
99-8420-02	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	0	080	
99-8421-04	DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS	160	0	160	
99-8774-02	DIREITO CIVIL VI (RESPONSABILIDADE CIVIL)	80	0	080	
99-8145-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	0	80	080	
99-8146-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	0	80	080	
99-8422-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	640	240	880	



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

RESUMO

CONTEÚDOS CURRICULARES	3.760 H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (*)	480 H/A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (*)	200 H/A
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (*)	160 H/A
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.600 H/A

OBSERVAÇÕES:

(*) As cargas horárias destinadas ao Estágio Supervisionado, às Atividades Complementares e ao Trabalho de Conclusão de Curso serão cumpridas fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

MATRIZ CURRICULAR

Unidade: UMUARAMA

Curso: 046 - DIREITO

Graduação: BACHARELADO EM DIREITO

Regime: SERIADO ANUAL - MATUTINO

Duração: 5 (CINCO) ANOS LETIVOS

Integralização: A) TEMPO TOTAL - MÍNIMO = 05 (CINCO) ANOS LETIVOS

- MÁXIMO = 08 (OITO) ANOS LETIVOS

B) TEMPO ÚTIL (Carga Horária) = 4.600 H/AULA

CURRÍCULO PLENO/2008 (1)

1.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ-REQUIS
99-8170-02	CIÊNCIA POLÍTICA	80	0	080	
99-8171-04	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	160	0	160	
99-8407-02	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	0	080	
99-8408-02	ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	80	0	080	
99-8409-02	PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA	80	0	080	
99-8410-02	LINGUAGEM JURÍDICA	80	0	080	
99-8681-04	DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)	160	0	160	
99-8839-02	ECONOMIA	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

2.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ-REQUIS
99-8159-04	DIREITO DO TRABALHO	160	0	160	
99-8166-04	DIREITO PENAL I	160	0	160	
99-8167-04	DIREITO CONSTITUCIONAL	160	0	160	
99-8169-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	80	0	080	
99-8413-02	TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	80	0	080	
99-8414-04	DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	160	0	160	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	_

3.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ REQUIS
99-8139-04	DIREITO ADMINISTRATIVO	160	0	160	
99-8148-02	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	0	80	
99-8158-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	160	0	160	
99-8160-04	DIREITO PENAL II	160	0	160	
99-8416-04	DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	160	0	160	
99-8767-02	DIREITO EMPRESARIAL I	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

4.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ REQUIS
99-8149-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	160	0	160	
99-8150-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	160	0	160	
99-8151-02	DIREITO PENAL III	80	0	080	
99-8163-02	DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	80	0	080	
99-8768-02	DIREITO EMPRESARIAL II	80	0	080	
99-8773-04	DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	160	0	160	
99-8155-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	0	80	080	
99-8156-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	0	80	080	
99-8419-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	720	240	960	

5.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	СНА	PRÉ REQUIS
99-8142-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	160	0	160	
99-8143-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	80	0	080	
99-8411-02	DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	80	0	080	
99-8420-02	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	0	080	
99-8421-04	DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS	160	0	160	
99-8774-02	DIREITO CIVIL VI (RESPONSABILIDADE CIVIL)	80	0	080	
99-8145-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	0	80	080	
99-8146-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	0	80	080	
99-8422-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	640	240	880	

RESUMO

CONTEÚDOS CURRICULARES	3.760 H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (*)	480 H/A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (*)	200 H/A
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (*)	160 H/A
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.600 H/A

OBSERVAÇÕES:

(*) As cargas horárias destinadas ao Estágio Supervisionado, às Atividades Complementares e ao Trabalho de Conclusão de Curso serão cumpridas fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

7. DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA DE FORMAÇÃO	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE	5.ª SÉRIE
Eixo de Formação Fundamental	*Línguagem Jurídica *Economia *Psicologia Forense e Pesquisa Jurídica *Ciência Política				
Eixo de Formação Profissional	*Introdução ao Estudo do Direito * Ética e Filosofia Geral e do Direito *Sociologia Geral e do Jurídica *Direito Civil I (Parte Geral)	Fundamentais *Direito Constitucional *Direito Civil II (Das Obrigações) *Direito Processual Civil I *Direito Penal I *Direito do	*Direito Processual Civil II *Direito Processual do Trabalho *Direito Penal II *Direito Empresarial I *Direito Civil III (Dos Contratos) *Direito Administrativo	(Das Coisas) *Direito Civil V	*Direito Processual Penal II *Direito Processual Civil IV *Direito Difusos e Coletivos *Direito Civil VI (Responsabilidade Civil) *Direito das Relações Internacionais *Direito Tributário
Eixo de Formação Prática				*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil I *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo do Trabalho I *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica I *Atividades Complementares *TCC	*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil II *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Penal *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica *Atividades Complementares
N.º de Disciplinas	08	07	06	09	09
Carga Horária da Série	800	800	800	960	880
Atividades Complementares	40	40	40	40	40
Carga Horária Total	840	840	840	1000	920

UNIPAR UNIVERSIDADE PARANA ENSE REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

8. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1.ª Série

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA		
Cougo Honório Totals 90 b/o	C/H prática:	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H teórica: 80 h/a	

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do Direito Positivo, em especial do Direito Constitucional no contexto geral do Direito.
- Compreender a atuação do Estado, sua gênese, as formas de governo, o Poder Político e sua precedência cronológica sobre o Poder Jurídico.
- Perceber a figura do Estado como instituição universal, sob os mais variados pontos de vista, organização e ideologias, desde o Estado na Antigüidade até nossos dias.
- Analisar os aspectos históricos e filosóficos da Ciência Política e de seus institutos

Ementa:

Nação e Estado, os elementos constitutivos do Estado, seus modos de nascimento e extinção e as correntes da soberania. Análise da teoria da norma e do ordenamento jurídico, como arcabouço, no plano do Direito, formas e sistemas do Estado. Histórico e teoria da Constituição, sua supremacia no ordenamento jurídico e importância na realização da repartição de competências e dos poderes; fixação supralegal dos direitos fundamentais. Representatividade do povo através das assembléias; os partidos políticos e a teoria geral do sufrágio.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1998. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SAHID, Maluf. Teoria geral do Estado. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO		
Cauga Hauária Tatak 160 k/a	C/H prática:	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H teórica: 160 h/a	

Objetivos Específicos:

- Reconhecer os conceitos jurídicos fundamentais entendendo-os como ciência regulamentadora do comportamento humano em sociedade.
- Identificar a evolução histórica do Direito, seus princípios e valores norteadores.
- Interpretar as normas jurídicas através de diferentes técnicas com vistas à aplicação e integração do Direito.
- Compreender o processo de elaboração das normas jurídicas, suas formas e sua validade no contexto jurídico-social-ético.

Ementa:

Estudo geral da ciência do Direito, suas fontes, conceitos fundamentais, princípios e ramificações, considerando-se também a norma jurídica, validade, interpretação, aplicação e integração face o ordenamento jurídico.

Bibliografia Básica

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	
	C/H prática:
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Analisar os fundamentos epistemológicos das teorias sociológicas e o seu vínculo com a elucidação do fenômeno cultural.
- Investigar a dimensão teórica da problemática dos métodos e do objetivo da Sociologia como ciência.
- Desenvolver a reflexão crítica do Direito e do sistema jurídico brasileiro a fim de subsidiar a formação intelectual e profissional.
- Situar historicamente as condições teóricas e políticas do surgimento e consolidação da Sociologia Jurídica no Brasil.
- Identificar a função social do operador do Direito, bem como a sua responsabilidade para democratizar o acesso à justiça.

Ementa:

O surgimento da Sociologia, o seu percurso histórico, desenvolvimento, sua contribuição para com a reflexão e compreensão do coletivo; as três principais correntes (positivismo, marxismo e idealismo). Abordagem da Sociologia Jurídica equacionando dilemas e conflitos do judiciário; processos e estruturas que contribuem ou obstaculizam o funcionamento harmônico de subsistemas sociais como o Direito e a Justiça.

Bibliografia Básica:

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002. SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica:** manual dos cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2005.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREI Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:	
	C/H teórica: 80 h/a	

Objetivos Específicos:

- Analisar e interpretar textos filosóficos, bem como os principais fundamentos filosóficos da moral e da ética ocidental;
- Investigar a aplicação ética nas práticas político-social e jurídica;
- Reconhecer a importância da Filosofia do Direito como instrumento para a compreensão da origem dos institutos jurídicos;
- Desenvolver uma percepção histórica do fenômeno jurídico;
- Reconhecer noções acerca da deontologia jurídica e sua aplicação legal aos advogados, juízes e promotores de justiça.

Ementa:

O filosofar como reflexão crítica; correntes filosóficas; fundamentos filosóficos das práticas jurídicas; crítica do fenômeno normativo; Direito e justiça-integração e conflitos.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.

BITTAR, Eduardo C.B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2001.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2002.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA		
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:	
	C/H teórica: 80 h/a	

Objetivos Específicos:

- ✓ Observar, selecionar, organizar, interpretar e criticar fatos e conhecimentos sobre a realidade;
- ✓ Reconhecer e utilizar adequadamente métodos e técnicas científicas; e
- ✓ Elaborar trabalhos acadêmicos e artigos científicos.
- ✓ Definir psicologia forense enquanto ciência utilizada como instrumento para área do direito:
- ✓ Descrever as principais atuações do profissional da área de psicologia forense;
- ✓ Conhecer as teorias sobre personalidade, comportamentos desviantes e delituosos.
- ✓ Conceituar psicopatologia através de descrição de suas subdivisões e áreas de interesse bem como a reinsersão do indivíduo apenado à sociedade;

Ementa:

Análise de textos, os diferentes tipos de pesquisa, métodos científicos e técnicas de pesquisa, como construir uma pesquisa bibliográfica e como inseri-la nos trabalhos científicos.

O desenvolvimento da personalidade e do comportamento humano, normal e patológico, dirigido ao contexto jurídico; seus acontecimentos, determinações e leis por meio de teorias e técnicas psicológicas adaptadas a esta necessidade e utilizadas pelos profissionais da área de psicologia.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Ortência de Abreu. Manual de artigos científicos. São Paulo: Avercamp, 2004. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica para o curso de direito**. São Paulo: Atlas. 2000.

MIRA Y LOPES, E. **Manual de psicologia jurídica**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de monografia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1997. RIGONATTI, Sergio Paulo. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: LINGUAGEM JURÍDICA		
	C/H prática:	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H teórica: 80 h/a	

Objetivos Específicos:

- ✓ Desenvolver capacidade de ler e interpretar criticamente textos diversos e especificamente os textos pertencentes ao contexto jurídico;
- ✓ Desenvolver a capacidade de produzir textos da comunicação jurídica;
- ✓ Reconhecer os tipos de leitura e assimilar textos específicos;
- ✓ Aperfeiçoar a linguagem oral e escrita;
- ✓ Utilizar recursos e as diferentes linguagens nos diversos textos exigidos no meio acadêmico.

Ementa:

O código lingüístico da língua portuguesa aplicado ao contexto jurídico. A comunicação jurídica.

Bibliografia Básica

DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES A. Curso de Português Jurídico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1991.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA		
	C/H prática:	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H teórica: 80 h/a	

Objetivos Específicos:

- Analisar a relação entre economia e política, explicando como estas duas ciências pensaram as determinações básicas da sociabilidade no mundo moderno.
- Definir e demonstrar a importância das variáveis econômicas com seus interrelacionamentos.
- Compreender o funcionamento do sistema econômico, seus componentes e elementos, numa visão de conjunto, provendo-o de ferramentas básicas para a continuidade do estudo.
- Compreender e solucionar problemas econômicos, que envolvem fenômenos internos e externos de ordem conjuntural e estrutural do sistema econômico.
- Analisar criticamente o sistema econômico.

Ementa:

O surgimento da economia, seu percurso histórico e seu desenvolvimento como ciência social. As linhas de pensamento das principais escolas econômicas. Análise microeconômica e o funcionamento do mercado pela ótica do produtor e do consumidor. Análise dos principais objetivos de política econômica, e instrumentos utilizados pelo governo para atingir as metas propostas.

Bibliografia Básica

MONTORO, A. F. et. al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELLOS, M. A S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2005.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

2.ª SÉRIE

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO	
	C/H prática:
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Identificar o contrato de trabalho e suas espécies e duração, bem como, os direitos trabalhistas oriundos da relação de emprego.
- Analisar as diversas formas de remuneração e composição e a sua importância no cotidiano do trabalhador para viver com dignidade.
- Analisar os fundamentos da criação do FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como, examinar a lei base criadora do instituto.
- Identificar a existência de dano moral trabalhista, nas diversas situações cabíveis nas relações de emprego.
- Reconhecer a importância da negociação coletiva atualmente, como meta para a harmonização das relações empregatícias.

Ementa:

A relação empregatícia e suas consequências existentes entre empregado e empregador, suas particularidades nos contratos individuais e coletivos. Direito e obrigações dos contratantes.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio Pinto. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2006. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2005. SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 2. vol. São Paulo: LTR. 2006. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2006.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PENAL I		
Cougo Honónio Totale 160 h/o	C/H prática:	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H teórica: 160 h/a	

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do Direito Penal dentro do ordenamento jurídico do país, bem como seu alcance como forma de controle social.
- Compreender a evolução histórica do Direito Penal e familiarizar-se com as novas tendências político-criminais.
- Conceituar e aplicar os principais institutos de Direito Penal.
- Desenvolver a capacidade de observação, discernimento, reflexão, análise e crítica dos fatos sociais à luz do Direito Penal.
- Entender a parte geral do Código Penal para viabilizar sua efetiva utilização quando do manuseio da Parte Especial.
- Conhecer o mecanismo da aplicação das penas e seus objetivos, identificando as formas de extinção do direito de punir do Estado.

Ementa:

O Direito Penal, o estudo do conceito e elementos do crime e da pena como conseqüência do crime e sua forma de aplicação pelo Estado.

Bibliografia Básica

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal.** Parte geral. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** Parte geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer os aspectos interdisciplinares do fenômeno jurídico e das transformações sociais.
- Desenvolver habilidades operatórias de comunicação interpessoal e expressão, raciocínio lógico, crítico e analítico, no âmbito das atividades jurídicas.
- Desenvolver habilidades de compreensão, flexibilidade e decisão a fim de analisar situações constitucionais-sociais, firmado em uma postura reflexiva e ética.
- Compreender formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, na área do Direito Constitucional.

Ementa:

O Direito Constitucional, aspectos geral e positivo. A teoria do Direito Constitucional e as diversas formas de classificação das constituições, a interpretação e integração das normas constitucionais, e sua aplicação. Direito Constitucional positivo, a identificação dos princípios e objetivos do Brasil, a nacionalidade e cidadania. A repartição das competências na federação brasileira e a organização dos poderes.

Bibliografia Básica

COELHO, Inocência Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira; GONET, Paulo Gustavo. Curso de direito constitucional. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	
Carga Horária Total: 80h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	

- Compreender a aplicação do processo nos conflitos individuais e sociais;
- Diferenciar o Direito material do Direito Processual;
- Reconhecer as fontes do Direito Processual Civil;
- Reconhecer os meios de interpretação da norma processual e saber aplicá-los;
- Identificar e aplicar os princípios processuais, constitucionais e infraconstitucionais relativos à teoria geral do processo;
- Diferenciar a tutela jurídica da tutela jurisdicional;
- Identificar o significado, abrangência e aplicação de jurisdição;
- Identificar os elementos e as condições da ação e suas consegüências;
- Identificar os critérios para a fixação da competência e sua modificação;
- Diferenciar a capacidade civil da capacidade processual;
- Compreender os critérios éticos de atuação das partes;
- Reconhecer as prerrogativas profissionais e os critérios éticos de atuação do advogado;
- Identificar as hipóteses de pluralidade de partes e suas conseqüências processuais;
- Compreender e diferenciar as hipóteses de intervenção de terceiros, bem como suas consequências processuais e materiais;
- Reconhecer os atos processuais praticados pelos sujeitos do processo e os critérios de sua validade;
- Identificar os meios de comunicação dos atos processuais;
- Manipular e pesquisar informações em índices do CPC.

Ementa:

Processo e contexto social. Direito material e direito processual. Princípios do processo civil. Tutela jurídica e tutela jurisdicional. Jurisdição e sua classificação. Ação: conceito, elementos e condições. Competência: critérios determinativos. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais.

Bibliografia Básica

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de conhecimento:** teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2007, v. 1.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. ed. 9. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, v.1.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
O1: 4: E /6:	

Objetivos Específicos:

- Reconhecer o(s) fundamento(s) dos direitos humanos e sua importância para a efetivação dos mesmos.
- Compreender a dimensão histórica dos direitos fundamentais, seu surgimento e desenvolvimento.
- Desenvolver uma reflexão crítica dos direitos fundamentais e das ações constitucionais que os asseguram, a fim de subsidiar a formação intelectual, profissional e cidadã.

Ementa:

A evolução dos direitos fundamentais, sua progressiva positivação e "dimensões". As restrições e colisões dos direitos fundamentais. Os direitos fundamentais na Constituição Federal brasileira e as ações constitucionais que os garantem.

Bibliografia Básica

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Analisar e aplicar os princípios gerais do direito civil, especialmente os de índole constitucional.
- Identificar o sentido e conteúdo das diversas modalidades das obrigações e os seus efeitos jurídicos, inclusive no respeitante à sua transmissibilidade.
- Reconhecer os diversos meios de solver as obrigações, analisar e estabelecer suas consequências jurídicas.
- Reconhecer as consequências jurídicas do incumprimento obrigacional.

Ementa:

Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à Teoria Geral das Obrigações, seus efeitos e transmissibilidade à Teoria do Pagamento e à Teoria do Inadimplemento, perpassando a relação jurídica obrigacional desde a sua gênese até a sua extinção, incluindo os efeitos do incumprimento.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, 2. v. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo, Saraiva, 2004, vol. IV.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

3.ª SÉRIE

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Compreender o conceito de Direito Administrativo.
- Demonstrar as similaridades entre o Direito Administrativo brasileiro e o Direito Administrativo alienígena, detectando-se os seus principais aspectos doutrinários, ideológicos e políticos.
- Reconhecer a importância do Direito Administrativo, frente à compreensão da administração da coisa pública.
- Analisar o papel do Estado frente a administração dos bens públicos.
- Identificar os procedimentos inerentes ao Direito Administrativo.

Ementa:

Princípios Constitucionais do Direito Administrativo no Brasil. Controle da Administração Pública, Serviços Públicos e Servidores Públicos, Atos Administrativos, Licitação, Contratos Administrativos, Intervenção no Domínio Econômico, Concessões e Permissões de Serviço Público e seus Regimes Jurídicos.

Bibliografia Básica

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo.** 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
Carga Horária total: 80	C/H prática:
	C/H teórica: 80

Objetivos Específicos:

- Reconhecer e analisar a organização da Justiça do Trabalho.
- Identificar a evolução do Direito Processual do Trabalho.
- Compreender a competência da Justiça do Trabalho e sua ampliação frente as recentes inovações do Direito (Emenda Constitucional nº. 45/2004).
- Conhecer o funcionamento e as peculiaridades do Direito Processual do Trabalho.
- Discriminar as diferentes características do Direito Processual do Trabalho.

Ementa:

Organização da Justiça do Trabalho: composição, funcionamento e competência. Processo do Trabalho: fases e procedimentos. Recursos. Fase de liquidação e execução.

Bibliografia Básica

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezzera. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas. 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer as regras de formação e evolução do processo de conhecimento, sua suspensão e extinção;
- Compreender os procedimentos ordinário e sumário, bem como todas as particularidades que os envolvem, desde a citação inicial até a formação da coisa julgada;
- Identificar as características da fase probatória das provas;
- Demonstrar conhecimento sobre os aspectos inerentes às fases postulária e probatória;
- Discriminar as características dos processos nos tribunais.

Ementa:

Processo e Procedimento ordinário e sumário. Fase postulatória: Juízo de admissibilidade e Julgamento conforme o estado do processo. Fase probatória: Das provas, Audiência, Sentença, Coisa julgada, Dos processos nos Tribunais, Uniformização da jurisprudência, Declaração de Inconstitucionalidade, Homologação de sentença estrangeira, Ação Rescisória e Recursos.

Bibliografia Básica

ARRUDA ALVIM, José M. **Manual de Direito Processual Civil.** 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de conhecimento.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PENAL II	
Carga Horária Total: 160h/a	C/H prática
	C/H teórica: 160 h/a
O1: 4: E /6:	

Objetivos Específicos:

- Aplicar os conhecimentos da parte geral nos crimes em espécie.
- Analisar e interpretar os crimes conforme sua descrição típica, levando em consideração o bem jurídico protegido.
- Reconhecer e apreciar as teorias penais em discussão na atualidade, com o propósito de poder discernir as razões da criminalização, da abolição de crime, do abrandamento ou do agravamento de penas e ou regimes de cumprimento de tais penas.

Ementa:

Dos crimes em espécie: Introdução dogmática, pontos de estudo de cada um dos crimes. Dos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes hediondos. Lei 9.099/95. Código de Trânsito Brasileiro. Lei de Tóxico.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. V. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2007

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. Parte especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2007

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal** - parte especial. V. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2007.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro -** parte especial. V. 2 e 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	
Carga Horária Total: 160h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do direito contratual dentro do ordenamento jurídico, bem como seu alcance como forma de regulamentar a circulação de riquezas e a prestação de serviços.
- Identificar noções gerais do Direito Contratual.
- Apresentar senso crítico no que tange ao plano estrutural e funcional do direito dos contratos.
- Desenvolver constante pesquisa (doutrinária e jurisprudencial) para consolidação do aprendizado.

Ementa:

Definição de contrato. Requisitos do Contrato. Princípios do direito contratual. Teoria geral dos contratos: formação; classificação; extinção; interpretação; efeitos — garantia legal. Das várias espécies de contrato.

Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. Contratos. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Contratos e Atos Unilaterais. São Paulo, ed. Saraiva, 2004, v. III.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** – Fontes das obrigações: contratos, Declaração Unilateral de Vontade e responsabilidade civil. V.3. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objectives Especificas	

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito
- Demonstrar postura científica e interesse no estudo, indagação, aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Comercial.
- Manusear documentos e elaborar contratos, para a aplicação prática de tais conhecimentos no exercício da profissão de advogado, juiz ou promotor público..

Ementa:

Do Direito Comercial ao Direito Empresarial. Da Atividade Empresarial. Regime Jurídico da Livre Iniciativa. Do Empresário. Do Estabelecimento Empresarial. Propriedade Industrial. Da Atividade Empresarial e os Direitos do Consumidor. Da Sociedade. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial.** 18. ed.; São Paulo : Saraiva, 2.007.

_____. **Curso de direito comercial** – De acordo com o novo C. Civil e alterações da LSA. São Paulo : Saraiva, v. 1, 2 e 3, 10. ed. 2.007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

4.ª SÉRIE

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I		
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:	
	C/H teórica: 160 h/a	
Objetivos Específicos:		
 Identificar e conhecer os principais institutos do Direito Processual Penal. Compreender o sentido e a importância do processo penal no contexto do Estado de Direito, assim como de seus princípios fundamentais. Demonstrar análise crítica e reflexiva a respeito dos princípios norteadores do Direito Processual Penal. Desenvolver pesquisa em busca de uma visão contemporânea do processo. Apresentar conhecimento do Processo Penal brasileiro. Reconhecer aspectos inerentes à legislação, doutrina e jurisprudência no campo do Processo Penal e do Direito Penal. 		
Ementa:		
Direito Processual Penal I: Generalidades. Inquérit Jurisdição e Competência. Prisão, liberdade, fianç processos incidentes. Prova. O tempo e a forma dos	ca. Protagonistas da ação penal. Questões e	
Bibliografia Básica		
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São	Paulo: Saraiva, 2008.	
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Proce Revista dos Tribunais, 2007.	esso Penal Comentado. 6 ed. São Paulo:	
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manu 2008.	al de Processo Penal. São Paulo: Saraiva,	

_. Manual de Processo Penal. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do Direito Processual Civil, em todas as áreas de atuação do profissional do Direito;
- Analisar casos controvertidos em consonância com o entendimento da doutrina e da jurisprudência;
- Contextualizar os institutos processuais necessários à efetivação da tutela dos direitos;
- Desenvolver a capacidade crítica para a pesquisa e o aprimoramento do estudo com o raciocínio lógico.

Ementa:

Liquidação e Cumprimento de Sentença. Processo de Execução. As diversas espécies de execução. Defesas do executado. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Processo Cautelar.

Bibliografia Básica

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil**. Vol. 3 e 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil.** v. 1, 2 e 3. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PENAL III	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- ✓ Aplicar os conhecimentos da parte geral nos crimes em espécie.
- ✓ Analisar e interpretar os crimes conforme sua descrição típica, levando em consideração o bem jurídico protegido.
- ✓ Reconhecer e apreciar as teorias penais em discussão na atualidade, com o propósito de poder discernir as razões da criminalização, da abolição de crime, do abrandamento ou do agravamento de penas e ou regimes de cumprimento de tais penas.

Ementa:

Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislação Especial.

Bibliografia Básica

JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, v. 02,03 e 04, 2007. PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Editora Revista dos Tribunais, v. 03 e 04, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- ✓ Conhecer o posicionamento do ordenamento jurídico nacional perante o Direito das Coisas, face à evolução desse ramo do direito.
- ✓ Desenvolver atividades de pesquisa, de modo a enriquecer os conhecimentos jurídicos necessários à formação e prática profissional.
- ✓ Reconhecer a necessidade de postura crítica, a fim de criar habilidades jurídicas para o desempenho da atividade profissional.

Ementa:

Desenvolvimento dos aspectos legais, doutrinários e conceituais do Direito das Coisas, através de estudo analítico do instituto da posse e dos direitos reais, envolvendo estudo conceitual da propriedade e dos direitos reais sobre coisas alheias, de fruição e de garantia.

Bibliografia Básica

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito das Coisas. Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2002.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil:** Direito das Coisas. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2003.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- ✓ Reconhecer a importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito.
- ✓ Desenvolver pesquisa e postura científica, para aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Comercial.
- ✓ Manusear documentos e elaborar contratos, bem como preencher títulos de créditos diversos, para a aplicação prática de tais conhecimentos no exercício da profissão de advogado, juiz ou promotor público.
- ✓ Conhecer e discutir o procedimento falimentar, desenvolvendo conhecimento de forma crítica para atuar em questões de direito concursal.

Ementa:

Desenvolvimento dos estudos sobre o Direito Comercial, com ênfase em títulos de crédito e contratos comerciais.

Bibliografia Básica

BULGARELLI, Waldirio. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1999.

DORIA, Dylson. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1998.

REQUIAO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1998.

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1999.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CIVIL VI (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	
C H / T / 1401/	C/H prática:
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
 Reconhecer a importância da família como estrutura fundamental da sociedade e instituição de constante evolução e modernização dos costumes. Reconhecer a importância do Direito de Família e das Sucessões como estímulo para o acúmulo de riquezas e como uma forma de o indivíduo garantir a manutenção de seus dependentes. Identificar as críticas existentes sobre o instituto, bem como as lacunas e controvérsias, especialmente em razão dos novos parâmetros trazidos pelo Código Civil de 2002. 	
Ementa:	
Introdução ao Direito de Família. Casamento. Dis Relações de Parentesco. Regime de bens entre os Curatela. Da Sucessão em geral. Herança jacente descendentes, ascendentes, cônjuge, colaterais. Su Legados, substituições. Deserdação. Revogação arrolamento. Partilha dos bens.	cônjuges. Alimentos. União Estável. Tutela. e vacante. Sucessão legítima. Sucessão de cessão testamentária. Formas de testamento.
Bibliografia Básica DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil: I 2004.	Direito de Família. v 5. São Paulo : Saraiva,
. Curso de Direito Civil: Direito das Sucess	ões v 6 São Paulo: Saraiva 2004

VENOSA, Sílvio. **Direito Civil**: Direito de Família. v 6. São Paulo: Atlas, 2004. _____. Direito Civil: **Direito das Sucessões**. v 7. São Paulo: Atlas, 2004.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:

Objetivos Específicos:

- Assimilar corretamente a forma das petições;
- Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas iniciais, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;
- Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;
- Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;
- Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.

Ementa:

Organização Judiciária. Relação Advogado/Cliente. Substituição processual. Processo e procedimentos (ordinário, sumário e especiais). Resposta do réu. Provas. Audiência de conciliação, instrução e julgamento. Sentença. Embargos de Declaração. Recurso de Agravo. Recurso de Apelação. Embargos Infringentes. Recurso Especial.

Bibliografia Básica

ALVIM. Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, vols. 1 e 2.

ASSIS, Araken. Manual do Processo de Execução. São Paulo: RT, 1995.

CÓDIGO CIVIL.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - Diversos Autores – Forense e RT.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paylo: RT.

MARQUES. José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. Bookseller.

MILHOMENS. Jonatas. Manual Forense de formulários. Forense.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

RAITANI. Francisco. Prática de processo civil. São Paulo: Saraiva.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ.

REGIMENTO INTERNO DO STJ E STF.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, et al. Teoria geral do Processo Civil. São Paulo: RT.

TEODORO JUNIOR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 3 volumes. Rio de Janeiro: Forense

Outros textos e bibliografías serão indicados no decorrer do ano letivo.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:

Objetivos Específicos:

Demonstrar formação preponderantemente prática;

Apresentar transmissão e participação de conhecimentos jurídicos reais para a vida e o trabalho, vinculados à sua área de formação, bem como a análise crítica dos mesmos;

Conhecer a prática do processo trabalhista, bem como os órgãos jurisdicionais que compõem o Poder Judiciário Trabalhista, com suas respectivas atribuições e competências;

Identificar as mais diversas situações jurídicas, dirimindo-as através de peças costumeiramente utilizadas no foro trabalhista.

Ementa:

Processo Individual Trabalhista: Fase de conhecimento. Relação do Advogado com Cliente. Reclamação. Contestação. Provas. Alegações Finais. Sentença. Recursos. Fase de Execução. Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave de Empregado Estável.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Bibliografia Básica

A PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho – Editora LTR.

AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho – Editora LTR.

C.L.T. UNIVERSITÁRIA - Pedro Paulo Teixeira Manus - Editora Atlas.

CÁLCULOS NO PROCESSO TRABALHISTA – Juarez Varallo Pont. – Editora Juruá.

COMENTÁRIOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – Valentin Carrion – Editora Saraiva.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Amauri Mascaro do Nascimento - Editora Saraiva.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – Amauri Mascaro Nascimento – Editora Saraiva.

CURSO DIDÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Cláudio Alves Malgarim - Editora LTR.

CURSO EXPOSITIVO DE DIREITO DO TRABALHO - Fábio Leopoldo de Oliveira - Editora LTR.

CURSO PRÁTICO DE PROCESSO DO TRABALHO - Amador Paes de Almeida - Editora Saraiva

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Eduardo Gabriel Saad - Editora LTR.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Wagner D. Giglio - Editora Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - José Ribamar da Costa - Editora LTR.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Sérgio Pinto Martins - Editora Atlas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - Wagner D. Giglio - Editora Saraiva.

EXCEÇÃO, CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA Teoria a Prática – Emílio Gonçalves – Editora LTR.

EXECUÇÃO TRABALHISTA - José Augusto Rodrigues Pinto - Editora LTR.

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho – Editora LTR.

MANUAL DE PRÁTICA PROCESSUAL TRABALHISTA – Emílio Gonçalves - Editora LTR.

MANUAL DE PRÁTICA TRABALHISTA - Aristeu de Oliveira - Editora Atlas.

NOVA CONSOLIDAÇÃO TRABALHISTA – O DIREITO E O PROCESSO NA PRÁTICA – José Salem Neto – Editora. Brasiliense.

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – Manoel Antonio Teixeira Filho – Editora LTR.

OS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - César Pereira da Silva Machado Junior - Editora LTR.

PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO DO TRABALO - Manoel Antonio Teixeira Filho - Editora LTR.

POLÍTICA SALARIAL NO PROCESSO TRABALHISTA – Juarez Varallo Pont – Editora LTR.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:

Objetivos Específicos:

- ✓ Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais.
- ✓ Reconhecer a importância da relação teoria-prática para a boa atuação profissional.

Ementa:

Atividades profissionais reais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto a UNIPAR, para receber estágio real externo.

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. **Manual de Processo de Execução.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BATISTA DA SILVA, Ovídio A. **Curso de Processo Civil**. V. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto – Processo Cautelar. São Paulo: LEUD, 1999.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. São Paulo: Malheiros, 2000.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

5.ª SÉRIE

	Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II	
G H (T () 1(0))	C/H prática:	
	Carga Horária Total: 160 h/a	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer os diversos institutos de Processo Penal.
- Interpretar corretamente o Código de Processo Penal e leis especiais, segundo a doutrina e a jurisprudência vigente.
- Reconhecer a importância dos atos praticados no Processo Penal, seus princípios e suas formalidades, face a natureza do bem jurídico, objeto da "persecutio criminis".
- Conhecer o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área (ex: juízes, promotores, advogados, etc.).

Ementa:

Nulidades no processo penal. A sentença penal. Recursos. Procedimentos. O juizado especial criminal.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processual Penal.** São Paulo: Saraiva, 2007. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Identificar as ações específicas para a tutela dos direitos individuais.
- Analisar a interação entre o Direito material e processual.
- Compreender o mecanismo de funcionamento da tutela jurisdicional diferenciada.
- Reconhecer o texto constitucional como fonte primária das ações coletivas.

Ementa:

Tutela jurisdicional diferenciada. Direito material e processual. Ações especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Ações especiais em leis extravagantes. Ações constitucionais.

Bibliografia Básica

NEGRÃO, Theotonio. & GOUVÊA, José Roberto F. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor.** 38. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: procedimentos especiais, v.III. 37. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Compreender e a importância do Direito Internacional no mundo moderno.
- Discutir de forma crítica e aprofundada as relações entre os povos.
- Demonstrar concretamente como o Direito Internacional se faz presente no dia a dia dos cidadãos e, por conseguinte, nas relações jurídicas.

Ementa:

O Direito Internacional: Tratados Internacionais; sujeitos do Direito Internacional; O Direito Comunitário e Direito da Integração. A globalização e seus efeitos no mundo jurídico. O Direito Internacional e o Direito brasileiro em seus vários ramos; condição jurídica do estrangeiro.

Bibliografia Básica

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Coletânea de direito internacional.** 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de direito internacional público.** São Paulo: Saraiva, 2007. RESEK, José Francisco. **Direito Internacional Público.** Curso elementar. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 407 p.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito internacional público, privado e dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2008.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Conhecer todos os princípios constitucionais financeiros e tributários.
- Conceituar e classificar tributos.
- Identificar os limites ao poder de tributar.
- Dinamizar o Direito Tributário ao caso concreto.

Ementa:

Atividade financeira do Estado. Tributos, Vigência, aplicação e integração da legislação tributária. Interpretação da legislação tributária (métodos). Limitações constitucionais ao poder de tributar. Competência constitucional tributária. Hipótese de incidência e fato imponível (aspectos). Crédito tributário. Ilícitos tributários. Administração tributária. Dívida ativa. Processo judicial tributário.

Bibliografia Básica

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Malheiros, 28^a. Edição, 2007.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Apresentar conhecimento técnico quanto aos institutos ligados aos interesses difusos e coletivos.
- Reconhecer que a organização de grupos sociais é instrumento sociológico-jurídico adequado para defesa dos interesses sociais como um todo.
- Identificar a necessidade de constantes pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, para a consolidação do aprendizado, de acordo com as tendências atuais do Direito no que diz respeito à coletivização do processo e à efetivação da justiça social.

Ementa:

Direitos Difusos e Coletivos. Conceituação. Direitos difusos e coletivos nominados e inominados. Instrumentos processuais do ordenamento jurídico brasileiro para a defesa dos interesses difusos e coletivos. Ação Civil Pública, Ação Popular, Ação Coletiva, Mandado de Segurança Coletivo.

Bibliografia Básica

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. **Curso de Direito Processual Coletivo**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo: Saraiva, 2007

RIZZATO NUNES. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Interesses difusos em espécie. São Paulo: Saraiva, 2005.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: DIREITO CIVIL VI (RESPONSABILIDADE CIVIL)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a importância do instituto da responsabilidade civil no mundo atual, dado suas consequências em todos os ramos do Direito.
- Reconhecer o papel da responsabilidade civil como objetivo de restaurar interesses de ordem moral e patrimonial.
- Destacar os contornos técnicos dos pressupostos da responsabilidade civil.
- Compreender que as lesões causadas em qualquer interesse de alguém pode ser objeto de reparação.

Ementa:

Ato ilícito e seus requisitos. Espécies de responsabilidade. Excludentes da responsabilidade. Responsabilidade por fato de terceiro, responsabilidade por fato da coisa. Responsabilidade decorrente de atividade profissional. Liquidação do dano.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 10 ed. São Paulo, Saraiva, 2007. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 10 ed. São Paulo, Atlas, 2007



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:

Objetivos Específicos:

- Assimilar corretamente a forma das petições;
- Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas denúncias e queixas-crime, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;
- Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;
- Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;
- Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.

Ementa:

Do advogado. Do processo em geral. Do inquérito policial. Da ação Penal. Das prisões e das liberdades. Da execução. Dos Processos em espécie. Dos Recursos. Das audiências.

Bibliografia Básica

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:

Objetivos Específicos:

- Assimilar corretamente a forma das petições;
- Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas iniciais, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;
- Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;
- Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;
- Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.

Ementa:

Ação Rescisória. Execução e Embargos. Processo Cautelar. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Consignação em Pagamento. Depósito. Possessórias. Inventário e Partilha. Embargos de Terceiro e Ação Monitória. Legislação esparsa - Lei do Divórcio. Lei de Alimentos. Mandado de Segurança. Alienação Fiduciária. Lei do Inquilinato. Usucapião Especial rural e urbano

Bibliografia Básica

ALVIM. Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, vols. 1 e 2.

ASSIS, Araken. Manual do Processo de Execução. São Paulo: RT, 1995.

CÓDIGO CIVIL.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - Diversos Autores – Forense e RT. MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paylo: RT.

MARQUES. José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. Bookseller.

MILHOMENS. Jonatas. Manual Forense de formulários. Forense.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

RAITANI. Francisco. Prática de processo civil. São Paulo: Saraiva.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ.

REGIMENTO INTERNO DO STJ E STF.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, et al. Teoria geral do Processo Civil. São Paulo: RT.

TEODORO JUNIOR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 3 volumes. Rio de Janeiro: Forense.

Outros textos e bibliografías serão indicados no decorrer do ano letivo.



Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993 Mantenedora: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC**

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Ol' (° E /6°	

Objetivos Específicos:

- Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais.
- Reconhecer a importância das atividades práticas para com o embasamento teórico da vida profissional.

Ementa:

Atividades profissionais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da Universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto à UNIPAR, para receber estágio real externo.

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. **Manual de Processo de Execução.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BATISTA DA SILVA, Ovídio A. **Curso de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto – Processo Cautelar. São Paulo: LEUD, 1999.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. São Paulo: Malheiros, 2000.

Local:	Data:
Umuarama	05 de dezembro de 2007

Coordenador (a) do Curso
(Assinatura e Carimbo)